

## **ATA Nº 84/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

No dia 09 do mês de maio de 2017, na Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, comunidade do Emboque, município de Diogo de Vasconcelos, realizou-se reunião com o objetivo quantificar e mediar ações necessárias à solução dos passivos relativos à Barragem de Fumaça.

Apresentam-se conforme lista de presença anexa.

Lígia Pereira, Coordenadora da Mesa de Diálogo, apresenta a Mesa aos presentes. Fala que a intenção da visita é dialogar e ver os caminhos necessários para resolver os passivos existentes. Abre espaço para que a comunidade apresente as demandas. Esclarece que a empresa presente na reunião não é a mesma que deu início ao empreendimento.

Marta, do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, lamenta a falta de reconhecimento da legitimidade do movimento pela empresa. Lembra que o acordado foi que a PCH - Pequena Central Hidrelétrica – não causaria impactos sociais e ambientais. Pede um minuto de silêncio pelos mortos na barragem. Solicita sinalização e proteção ao redor do lago. Conta sobre os processos e as ameaças de morte que recebeu. Lembra que foi assinado, em 2005, pela comunidade, um Contrato de Comodato, mas por parte da empresa as assinaturas nunca foram apresentadas. Reclama que o reassentamento não atendeu de forma integral, inclusive por causa dos problemas referentes à saneamento básico, pavimentação e documentação de terra. Explica que cerca de 20 famílias do reassentamento são prejudicadas com a falta da titulação. Conta que há meeiros e diaristas que não foram indenizados.

O Senhor Alberto Messias, morador atingido pela barragem, relata as atuais condições das famílias. Reclama que não tem lugar para plantar. Conta que sua indenização foi de aproximadamente R\$ 600,00 para um trabalho de 40 anos.

Neuza, moradora atingida pela barragem, lembra as ameaças que recebeu. Pontua os principais problemas: falta de terra para plantio, inexistência de área de lazer, famílias não reassentadas e processos judiciais.

Claudiano, morador reassentado, fala que não tem uma área de preservação às margens da barragem. Explica que antes da construção era comum a oferta de empregos de um morador a outro, o que não existe mais. Lamenta o empobrecimento da população e a falta de saneamento básico. Conta como era sua vida no garimpo antes da barragem. Fala que a Fundação Estadual do Meio Ambiente deu a orientação para que os garimpeiros não fossem “mexidos”. Sobre o artesanato em pedra-sabão, diz que a empresa tratou de forma

individual, o que dividiu a comunidade. Menciona que foi informado sobre a doação de um caminhão para limpeza da fossa, mas esclarece que nenhum veículo chegou em Diogo Vasconcelos. Quantifica em 4,5 mil o número total de habitantes do município com a ajuda do prefeito. Apresenta revolta ao lembrar que responde processo por formação de quadrilha.

Dona Terezinha, moradora atingida pela barragem, solicita que a empresa reconheça o movimento. Conta que é uma das pessoas que recebeu R\$ 238,00 de indenização.

Senhor Luiz de Freitas, morador atingido pela barragem, reclama que já assinou diversos livros de ata, mas nada foi resolvido. Lembra que um cemitério foi prometido, mas não foi feito. Lembra algumas promessas não cumpridas como a Praça de Miguel Rodrigues e o calçamento para chegar até a igreja para velar algum ente que faleceu. Reclama que a cabeceira d'água não foi cercada. Explica que hoje o esgoto cai na represa, mas antes não podia limpar arroz para que a palha não caísse lá. Na época sugeriram a construção de uma casa para este fim, mas também foi um projeto que não concretizado. Conta sobre um muro construído pela empresa que caiu em cima da casa de um morador. Fala dos riscos oferecidos pela falta de cerca no entorno do lago aos alunos usuários do transporte escolar. Lamenta a morte do colega há cerca de 60 dias.

José Trindade Alves, Zé Preto, como é conhecido na região, diz que é artesão e trabalhava com a pedra-sabão. Lembra que perdeu tudo em 2003. Conta que empregava cerca de 8 a 9 pessoas.

Marta lembra outra mediação do conflito, feita em 2005 por Yara, do Conselho Estadual de Política Ambiental. A Yara, presidente do conselho na época, informou que os registros foram perdidos por conta de um problema no computador. Conta que em 2005 solicitaram à empresa indenização para o Zé Preto.

Soninha, moradora atingida pela Barragem, conta que, assim como a Dona Terezinha, também recebeu R\$ 238,00 de indenização. Explica que assinou o documento por não saber ler e escrever

Claudiano solicita novamente a fala para complementar o que estava dizendo anteriormente. Explica que parte do rio está morta, o que deixou alguns buracos em evidência, onde caem diversos animais. Fala que nos trechos há reassentamentos, por isso uma ponte foi construída, entretanto já caiu algumas vezes. Conta que não podem mais retirar areia por causa da fiscalização da polícia ambiental.

Thiago, do Movimento dos Atingidos por Barragens, fala que as empresas não têm compromisso com o desenvolvimento da região. Elenca os principais

problemas: falta de atenção à saúde, saneamento básico e geração de emprego e renda. Solicita que o Governo do Estado, juntamente com a empresa, garanta condições de viver no lugar. Fala que fizeram algumas ocupações ao longo do tempo e se for necessário farão na Companhia Energética Integrada – CEI.

Lígia Pereira, fala que é importante ouvir as pessoas e suas realidades. Coloca que a busca para a solução tem que ser pacífica. Considera a presença da empresa um indicativo da construção de soluções.

O representante CEI - Companhia Energética Integrada, advogado Henrique Alves, agradece a Mesa de Diálogo pela oportunidade de dialogar sobre o conflito. Conta a história da companhia. Diz que em 2015 a empresa assumiu a coordenação das usinas da Novelis. Esclarece que a titulação das terras já está sendo tratada pela CEI. Conta que esteve em Brasília para tratar do assunto. Lamenta a ausência do Incra que também é parte envolvida na questão. Se coloca à disposição para dialogar. Informa que receberam o convite com pouca antecedência. Solicita que os próximos sejam feitos em nome da Maynart Energética LTDA, uma vez que a CEI é uma sócia da empresa. Fala do interesse de enviar o registro para o Estado entenda todo o processo.

O prefeito de Diogo Vasconcelos enfatiza os problemas apresentados pelos moradores. Fala da inoperância da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto. Fala que está com um recurso de cerca de 110 mil reais para a construção de uma quadra. Lembra do Ginásio, construído pela Alcan, em Diogo Vasconcelos, que devido à falta de acompanhamento da construção não gerou bons resultados. Fala que precisam resolver o problema de pavimentação e de água. Solicita a proteção no entorno do lago, para que outras mortes não aconteçam.

Lígia Pereira fala que está cumprindo a agenda feita com o Movimento de Atingidos por Barragens. Esclarece que ao final será feito um relatório para ser discutido internamente. Explica o que é uma Câmara Setorial e informa que será instalada a “Câmara Setorial MAB”. Fala que será elaborado um plano de ação após as agendas. Diz que a conversa com a empresa terá que ser mais afinada. Lembra que o Ministério Público, que também é membro da Mesa de Diálogo, está junto nas conversas. Se compromete a dar um retorno dos encaminhamentos acordados nas reuniões. Informa que em junho se reunirá novamente com o movimento para discutir os desdobramentos.

Claudiano faz uma observação. Diz que a responsabilidade das estradas é do Governo, mas a empresa é quem danificou.

Thiago explica aos presentes que mais encontros serão feitos com outros atingidos. Informa as próximas reuniões agendadas. Pede a elaboração de um diagnóstico com a situação dos atingidos com as alternativas para resolver os conflitos. Pede um “resumão” de tudo em um documento.

Lígia Pereira explica que foi formado um Grupo de Trabalho para desenvolver a minuta de um Projeto de Lei sobre Política Estadual dos Atingidos, enviada à Assembleia Legislativa. Sugere que o cadastro de atingidos seja feito com base nos critérios do PL. Lembra a visita à Mariana. Fala que é importante quantificar os atingidos e também pressionar a Assembleia para que o PL seja discutido. Diz que é difícil dimensionar o problema, neste sentido não pode marcar prazo. Informa que a partir do plano de ação será desenhado um roteiro de retorno.

Thiago explica aos presentes a importância da presença de todos nas agendas do movimento.

Ao final da reunião foram pactuados os seguintes encaminhamentos:

1. Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos em junho.
2. Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.